

A estratégia econômica e o...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

do Produto Interno Bruto estimado em US\$ 450 bilhões, ou seja, US\$ 27,9 bilhões), da seguinte forma: pouco mais de 4% do PIB entre cortes de despesas tanto através de legislação ordinária quanto de medidas alcançadas pela revisão constitucional. Algumas dessas medidas da revisão poderiam ter impacto já em 1994, como a desvinculação dos benefícios da Previdência do reajuste do salário mínimo; desvinculação dos servidores inativos à política salarial dos funcionários da ativa; fim das receitas vinculadas a despesas específicas (como as destinadas à educação), entre diversas outras.

Na área infraconstitucional, dois novos impostos serão propostos: o imposto sobre ativos (e não mais sobre patrimônio líquido), com 1,5% de alíquota sobre o patrimônio bruto das pessoas jurídicas; e o imposto sobre grandes fortunas, cuja quantificação do que é uma grande fortuna também não está definida.

Será, também, cortado o equivalente a US\$ 9,4 bilhões (ou 2,1% do PIB) da rubrica "outras despesas de custeio e capital", que no orçamento original enviado ao Congresso estava inflada. Essa rubrica, que

representou um gasto de 3,6% do PIB neste ano, saltaria para 6,7% do PIB.

Como essa é uma despesa que reflete, além de gastos com saúde, custeios em geral, todas as destinações de verbas de receitas vinculadas, o fato de a receita tributária crescer em 1994 representa, também, um crescimento proporcional das despesas. Essa é uma das razões pelas quais o corte tem ligação estreita com a revisão constitucional, porque as vinculações de receitas são determinadas pela Constituição e têm, também, relação estreita com o modelo da Federação e a partilha de receitas e encargos entre União, estados e municípios.

O salto da despesa com salários — de 4% do PIB neste ano para 6% do PIB, conforme o Orçamento original para 1994 — também será eliminado, na proposta do Ministério da Fazenda. Para isso, será necessário alterar a lei salarial de reajustes bimestrais para o funcionalismo público, que tem prazo de vigência até maio do ano que vem.

O quebra-cabeça que os técnicos do Ministério da Fazenda estão montando combina corte de despesas de pouco mais de 4% do PIB com aumento de receita de pouco menos de 2,5% do PIB. Desde que conte com o apoio total do presidente da República e dos demais ministros.

01 NOV 1993